

EDITORIAIS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

Governo tem desafio de fazer ferrovias deslancharem

Mais de 11 km de trilhos abandonados em concessões podem ser devolvidos, ou 36% da rede, e União pode receber R\$ 20 bi a serem usados em investimentos; novo planejamento para o setor será necessário

Após décadas de frustrações e desenvolvimento insuficiente, o transporte ferroviário nacional pode ganhar novo ímpeto nos próximos anos com a renovação antecipada das concessões à iniciativa privada. Nos planos do governo federal, as negociações ora em curso e a revisão dos termos de algumas das renovações concluídas na gestão de Jair Bolsonaro (PL) poderão render R\$ 20 bilhões aos cofres da União, que seriam investidos no planejamento de infraestrutura do setor. Além de novos investimentos em expansão e modernização da rede, as renovações poderão resultar na devolução ao poder concedente de cerca de 11,1 mil quilômetros de trilhos abandonados ou sucateados, o equiva-

lente a 36% da malha existente. Segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), somando os trechos de baixíssima utilização, nada menos que 57% da malha nacional tem nível de tráfego abaixo de um par de trens (ida e volta) por dia. Os trilhos abandonados são geridos por empresas que assumiram pedaços da rede com a privatização no fim do anos 1990. A concessionária Rumo detém a maior parte, 4.900 km. A ferrovia Transnordestina Logística, controlada pela CSN, tem 3.000 km de trilhos abandonados. Já a VLL, que tem a Vale como sócia, controla a ferrovia Central Atlântica, com 2.100 km inutilizados. Seja pela complexidade do setor, cuja regulação se mostrou ainda mais difícil do que a de ou-

tros na infraestrutura, seja pela má gestão dos contratos e mesmo inaptidão dos traçados antigos e obsoletos às necessidades econômicas atuais, o fato é que o modal ferroviário não atingiu até aqui o potencial esperado. Ademais, a definição dos valores de indenização para a devolução dos trilhos sempre foi obstáculo nas negociações. Uma referência importante foi estabelecida, entretanto, após acordo firmado com a Rumo e avalizado pelo Tribunal de Contas da União que renderá R\$ 1,6 bilhão ao governo federal. O TCU estabeleceu um cálculo de pagamento favorável à União pela devolução de um trecho. Quanto aos trilhos devolvidos, cada quilômetro deve gerar pagamento entre R\$ 1,5 milhão e R\$ 2

Segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), somando os trechos de baixíssima utilização, nada menos que 57% da malha nacional tem nível de tráfego abaixo de um par de trens (ida e volta) por dia

milhões, valor muito abaixo do custo de construção de um novo trecho, o que configura um incentivo às empresas para a conclusão das tratativas. Com tais parâmetros, espera-se que outras negociações avancem nos próximos meses, incluindo a revisão de renovações que já foram concluídas. A maior delas é com a Vale em torno da prorrogação de duas concessões (Carajás e Vitória-Minas) em 2022, utilizando o abatimento à vista dos ativos da outorga, prática que reduziu as receitas para a União e que vem sendo agora revista. A indenização em dinheiro e os novos investimentos exigidos nas contrapartidas da renovação ampliam espaço para um novo planejamento, oportunidade que precisa ser bem utilizada.

É preciso conter a partidarização das forças de segurança

Alta no número de agentes do setor e militares nas eleições é perigosa, já que pode gerar abusos de poder e distorcer políticas públicas; Congresso precisa instituir quarentena entre saída do cargo e candidatura

No pleito municipal deste 2024, verificou-se aumento no número absoluto de agentes de segurança eleitos, com 856 candidatos que declararam ocupação como policial e membro das Forças Armadas, militar reformado ou que se identificaram na urna com termos como "soldado" ou "delegado". Em 2020, foram 786. Os dados levantados pelo Instituto Sou da Paz foram publicados pelo jornal O Globo. Já o número relativo de candidatos ligados a forças de segurança manteve-se o mesmo desde 2020, com taxa de 1,5% em relação ao total. O estado do Rio de Janeiro lidera as estatísticas, com mais do que o do-

bro da média nacional (3,48%). Entre prefeitos eleitos no país, 52 tinham ligação com as forças de segurança, ante 45 em 2020. Trata-se de partidarização preocupante dessas forças, que deveriam servir à população, não a interesses políticos. Faltam regras que inibam o fenômeno, como a exigência de um período de quarentena para que agentes possam se candidatar após deixarem os cargos. Em agosto deste ano, a Folha destacou o alto número (6.600) de candidatos nesse estrato — cifra provavelmente subestimada, já que alguns policiais indicam a profissão como servidor público. Um em cada seis deles era do

PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, que, ao lado de outras siglas à direita, advoga uma política linha dura para o setor. A agremiação também lidera entre os eleitos, 168 neste ano. Como mostram pesquisas, a segurança é uma das maiores preocupações dos eleitores brasileiros, mas a partidarização das forças pode gerar abusos de poder e corroer os princípios da neutralidade e da universalidade que pautam o serviço público. Ademais, a abertura para que agentes façam uso de sua associação com as corporações para ganho de capital político presta um desserviço à construção de políticas eficazes para combater a cri-

O setor de segurança é uma das maiores preocupações dos eleitores brasileiros, mas a partidarização das forças pode corroer os princípios da neutralidade e da universalidade que pautam o serviço público

minalidade, na medida em que há risco de que apelos populistas se sobreponham a evidências e à gestão técnica. O Congresso deveria instituir uma regulação objetiva para separar o poder de polícia da política, como a imposição de quinquênio de afastamento do cargo para participar dos pleitos — que também deveria ser exigido a candidatos oriundos do sistema de Justiça, como magistrados e membros do Ministério Público. Um projeto de lei complementar nesse sentido está em tramitação no Senado desde 2021. Que os parlamentares agilizem o processo, dado o aumento preocupante de fardas nas urnas.

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartzman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patricia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (financeiro, planejamento e novos negócios), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benez (comercial)

CIRCULAÇÃO FOLHA (VERIFICADO POR PWC)
834.898 - Fechamento 2º Semestre de 2023
Assinantes Folha + Venda Avulsa Impressa.
Veja os critérios em folha.com.br/circulacao-verificada/

João Montanaro

